

CONTINUIDADE E RUPTURA NOS ESTUDOS DE GÊNERO – HISTORIOGRAFIA DE UM CONCEITO

CONTINUITY AND RUPTURE IN GENDER STUDIES – THE HISTORIOGRAPHY OF A CONCEPT

James Deam Amaral Freitas*

RESUMO: Este texto busca resgatar a elaboração e desenvolvimento do termo gênero, que, por seu caráter polissêmico e histórico, é estabelecido como conceito e/ou categoria de análise, sobretudo no âmbito da produção teórica do feminismo, movimento social que forneceu as bases para a construção do conceito de gênero e a sua incorporação aos estudos da contemporaneidade

Palavras-Chave: Gênero. Feminismo. Historiografia.

ABSTRACT: This paper aims at rescuing the elaboration and development of the term gender. By virtue of its polissemity and history this term has been chiefly established as a concept and/or analysis category under the theoretical production of the feminist scope. Feminism is regarded as the social movement which has provided the bases to the construction of gender and its incorporation to the studies in the contemporaneity.

Keywords: Gender. Feminism. Historiography

Considerações iniciais

A questão da identidade, e suas articulações, tornou-se tema recorrente em nossa época, em diversos espaços sociais. Contudo, é no meio acadêmico que esse tema desdobra-se e passa a ser discutido por autores e autoras, que buscam problematizá-lo e relacioná-lo aos contextos linguísticos e sócio-político-culturais. E nesse debate, gênero, um dos marcadores de constituição de identidade, tem exercido uma significativa atração.

Assume-se, assim, que gênero, como referente das relações sociais entre os sexos, é constituído nas interações em práticas discursivas e permite situar as dimensões femininas e masculinas nas estruturas de poder. Diante

* Professora do Instituto Federal de Goiás – IFG/Campus Inhumas e doutoranda em Estudos Linguísticos/UFG. E-mail: jdeamm@hotmail.com

disso, esse termo tem sido alocado no âmbito da reflexão teórica e analítica e adotado como uma categoria de análise relacional, capaz de fornecer uma visão mais ampla sobre as relações generificadas e sobre a produção de diferenças e desigualdades, que incidem nas múltiplas esferas da sociedade, como família, política, arte e cultura.

Por outro lado, o destaque e a amplitude do conceito de gênero esbarram na heterogeneidade, constituída tanto pela acepção polissêmica do próprio termo quanto pelas apropriações que se fazem dele. Utilizá-lo como conceito ou categoria de análise requer, então, um estudo mais acurado de sua construção como elemento linguístico, histórico e ideológico, bem como suas implicações e utilizações nas esferas sociais, políticas e culturais.

A temática envolvendo gênero é relativamente recente na historiografia das teorias sociais e está ligada à necessidade de se compreender as relações de organização familiar, as distinções sexuais, as experiências generificadas, a participação da mulher na sociedade e sua inserção na política, no trabalho, nos movimentos sociais. Esse interesse ganha notoriedade e expressão no cerne do movimento feminista, o qual teve um papel preponderante no desenvolvimento do conceito de gênero. As questões introduzidas por esse movimento, ainda que perpassadas por constantes tensões e deslocamentos, reposicionaram as práticas identitárias, deram visibilidade às mulheres como sujeitos da História, problematizaram as feminilidades e masculinidades, o que forneceu subsídios para a construção do conceito de gênero e sua incorporação aos estudos da contemporaneidade.

Dada a emergência do gênero e suas implicações metodológicas, epistemológicas e políticas, é importante mapear o percurso histórico desse conceito, a partir de uma perspectiva que resgate sua trajetória, suas dimensões e influências anteriores. Nesse caso, partindo do princípio de que os discursos produzidos pelos estudos de gênero constituam monumentos e, portanto, são dignos de serem historiografados, este trabalho centra-se nos procedimentos metodológicos da Historiografia, compreendida como um processo interdisciplinar que intenciona resgatar, descrever e explicar como foi produzido e desenvolvido determinado conhecimento, conforme suas referências contextuais, temporais e histórico-culturais, sob o prisma de continuidades e rupturas.

Nesse caso, este artigo está empenhado em apresentar o desenvolvimento do gênero como conceito e categoria de análise, a partir do mapeamento de seus movimentos e trajetórias, sem desconsiderar sua abrangência e inevitáveis instabilidades, controvérsias e imprecisões. Num primeiro momento será apresentado um sucinto percurso histórico do movimento feminista, uma vez que se assume que o conceito de gênero foi desenvolvido no marco dos pressupostos desse movimento social. Na sequência, será realizada uma breve incursão historiográfica na noção de gênero, a partir de

algumas formulações teóricas que orientaram o desenvolvimento e a incorporação desse conceito nos estudos acadêmicos, enunciadas, especialmente, por Rubin (1993 [1975]), Scott (1995) e Butler (1987; 2003).

Enfim, esse trabalho, longe de esgotar o assunto, pretende apresentar algumas formulações introdutórias sobre um tema provocativo e denso, o qual não pode ser afastado da História, dos contextos enunciativos e de suas implicações sociais e subjetivas, as quais instauram um caráter reiterado de continuidades e rupturas.

Feminismo – bases políticas e epistemológicas de um movimento plural

Não se pode desconsiderar o impacto do movimento feminista em vários segmentos da sociedade. No universo acadêmico, influenciou e continua influenciando alguns pesquisadores da pós-modernidade, não necessariamente feministas, interessados, sobretudo, na questão da constituição das identidades. Enunciadas por alguns desses estudiosos, podemos destacar declarações como “as mulheres politizaram os problemas do sexo e deram uma visibilidade pública aos dramas íntimos” (LIPOVESTSKY, 2000, p. 69); o feminismo tem uma “relação direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico” (HALL, 2006, p. 45); ou ainda, “o feminismo especifica a natureza patriarcal, baseada na divisão dos gêneros, da sociedade civil e perturba a assimetria entre público e privado” (BHABHA, 1998, p. 31).

Esse contexto confirma a relevância das práticas e estudos feministas no tocante à noção de gênero e sua incorporação no campo teórico e acadêmico, conforme destacam Narvaz e Coller (2006), Matos (2009). O desenvolvimento do conceito de gênero, nos moldes em que é adotado na contemporaneidade, está intimamente relacionado ao(s) movimento(s) feminista(s) (Cf. LOURO, 2010) e, por isso mesmo, tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos humanos, civis e por respeito às diferenças.

Essa visibilidade do feminismo, contudo, não prescinde de sua heterogeneidade constitutiva. Não só suas apropriações externas são diversificadas como sua própria composição enquanto movimento social é bastante variada, resultando em uma pluralidade de “feminismos”.

Se compreendermos o feminismo como um movimento que defende a transformação das relações de subordinação do feminino ao masculino, perceberemos que elaborar sua síntese historiográfica é uma tarefa árdua. Isso porque “em qualquer espaço/tempo sempre há mulheres que não se limitam à imanência” (SAFFIOTI, 1999, p. 159) e, por isso, qualquer tentativa de definir esses marcos de contestação com exatidão cronológica e espacial pode apresentar lacunas.

Por outro lado, é quase consensual demarcar a “história do feminismo” em gerações ou fases, ocorridas em épocas distintas, também denominadas “ondas do feminismo”. Essas fases foram historicamente construídas de acordo com o contexto sócio-político-cultural e as necessidades de cada tempo. A produção feminista, portanto, não apresenta uma forma consensual e linear de pensamento, pois se enuncia, desde suas origens, em múltiplas vias e em diferentes lugares de produção.

Ainda que não circunscritas em uma temporalidade linear, essas fases podem ser delimitadas em três grandes momentos, conforme sintetiza Scavone (2008): a fase das lutas pela igualdade de oportunidades, pela obtenção de direitos civis, políticos e sociais; a fase de reivindicação das diferenças, pautada na importância da autonomia feminina sobre seus corpos e sexualidade; e a fase, intitulada pós-moderna, de reavaliação de categorias como subjetividades e identidades.

Inspirada nos ideais da revolução francesa e americana, a primeira fase do feminismo traz em seu bojo muitos dos valores difundidos por esses eventos históricos: a noção de direitos individuais, sociais e políticos; liberdade e igualdade de oportunidades. Esse contexto mobilizou mulheres de diferentes localidades, oriundas da Europa, Estados Unidos e, posteriormente, da América Latina, na luta em defesa da cidadania, o que culminou no movimento sufragista, cujo objetivo era estender o sufrágio (direito ao voto) às mulheres.

A segunda fase do movimento feminista ergueu-se na metade do século 20, com a percepção de que a opressão feminina inscrita nos corpos, na linguagem, nas relações familiares, sociais e econômicas não deixou de existir, mesmo após a conquista de direitos legais. Essa etapa apresentou novas reivindicações de direitos e demandas relacionadas ao corpo, à reprodução, à maternidade, à sexualidade e ao prazer. Um dos *slogans* predominantes nesse período, “O pessoal é político”, adotado, principalmente, por ativistas feministas das décadas de 1960 e 1970, resume o objetivo de trazer para o espaço público questões antes tidas como específicas do privado.

Inseriu-se nessa fase também uma obra emblemática, que influenciou mulheres de várias gerações, cujo caráter de ineditismo e polêmica foi responsável por enunciações como “jamais uma obra escrita por uma mulher para mulheres suscitara tamanho debate” (CHAPERON, 1999). Trata-se de *O segundo sexo*, escrito pela filósofa Simone de Beauvoir. Publicado em 1949, na França, quando essa tentava se recuperar da II Guerra Mundial, o livro abalou crenças e provocou reações da Igreja, da Imprensa, do mundo acadêmico/científico e até mesmo de ativistas do feminismo, já que Beauvoir, apesar da produção contundente, não se declarou feminista antes da década de 1960.

O segundo sexo não passou incólume, pois questionou valores que

davam subsídios à construção social e às suas formas de opressão e abordou com acidez questões controversas, por vezes tabus, como contracepção, aborto, lesbianismo e prostituição. Além disso, a sua autora sofreu críticas por ter adotado o termo genérico “mulher” no lugar de “mulheres”, o que deu a impressão de um debate universalista e essencialista.

Todavia, a célebre frase que introduz o segundo volume do livro, “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980 [1949], p. 9), pode ser lida como a “primeira manifestação do conceito de gênero” (SAFFIOTI, 1999, p. 160). Isso porque da afirmação de Beauvoir pode-se inferir que o feminino não é apenas um dado biológico, mas uma construção sócio-histórico-cultural, o que faz como que seja legítimo e necessário questionar a condição das mulheres e reivindicar sua participação na vida pública, no universo discursivo e nas esferas de poder. Assim, sem possuir o aparato teórico-epistemológico da atualidade, que foi erguido posteriormente na multiplicidade de contextos e disciplinas, Beauvoir estabeleceu uma ruptura com considerações anteriores (ou com a ausência delas) sobre a condição feminina, o que torna importante reconhecer o pioneirismo de declarações como:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1980 [1949], p. 9).

A terceira geração do feminismo é marcada pela sua articulação com os estudos pós-estruturalistas, sobretudo com as formulações do filósofo francês Jacques Derrida. Apresentando interesses e motivações diversas, feministas e pós-estruturalistas compartilham críticas à organização social, à fixidez dos sentidos, às estabilizações dos sujeitos. Desse modo, essa fase enfatiza a análise da subjetividade, da alteridade, das diferenças e da experiência, constituídas na e pela discursividade. Ao adotarem a perspectiva da desconstrução, no sentido derridiano, as feministas insistem na problematização da lógica binária masculino/feminino e suas derivações, concebendo-a como fundante das hierarquias e desigualdades.

Nessa fase acentuam-se, ainda, os debates internos do movimento e há um reexame de categorias importantes como “mulher”, “natureza”, “dominação”, “patriarcado”, o que demarca campos de intersecção entre os “estudos feministas”, pautados na militância política, e os “estudos de gênero”, de enfoque teórico e acadêmico.

As questões introduzidas pela terceira fase do feminismo desnaturalizaram algumas categorias e refutaram algumas perspectivas de gênero defendidas pelas gerações anteriores, principalmente aquelas que postula-

vam uma forma estável e homogênea de ser mulher ou ser homem. Por essa razão, Louro (2010) defende que esse reexame de categorias tenha exercido influência considerável nos estudos contemporâneos sobre gênero.

Por tudo isso, pode-se perceber que, embora o feminismo esteja baseado nas tentativas de inserir a discussão sobre a opressão feminina dentro da esfera política, esse movimento apresenta contornos, valores e demandas historicamente distintas. Isso quer dizer que, apesar de seu caráter de coletividade e continuidade, o feminismo não se esquivava das rupturas, das cisões responsáveis pela sua constante atualização e transformação bem como de sua relevância para os estudos de gênero empreendidos na pós-modernidade.

Gênero – percurso historiográfico de um conceito

O início de qualquer incursão histórica na formulação do conceito de gênero exige o reconhecimento do caráter instável dessa tentativa. Em primeiro lugar, uma busca rápida pelos dicionários permitirá a constatação de que gênero tem uma significação polissêmica e é utilizado em diversos e distintos campos do conhecimento. Pode referir-se à espécie para a Biologia, à distinção sexual para a Medicina, à classificação de estilos para a Literatura, à categoria gramatical e etimológica para a Gramática. Por fim, o termo serve a muitos contextos e finalidades, porém sua forma dicionarizada não abarca a noção em sua completude e na acepção que se investiga neste trabalho.

Em segundo lugar, a formulação de um conceito está relacionada à forma como esse se constitui na instância mediadora entre os sujeitos e a realidade. Conceitos representam, simbolizam, via linguagem, os construtos mentais que adotamos para descrever os eventos tangíveis e intangíveis que nos cercam, ainda que de maneira precária. Isso porque, embora os elementos conceituais contribuam para descrever a realidade de uma forma relativamente objetiva, eles não são capazes de abarcar o real em sua totalidade. Essa interface linguística entre o ser humano e o universo é assentada na incompletude e, por isso, confere aos dicionários e às teorias um caráter de transitoriedade e instabilidades.

Nesse caso, resgatar a noção de gênero requer ir além das acepções dicionarizadas e adotar uma perspectiva de análise que confirme o posicionamento de Haraway (2004, p.208): “As lacunas e as pontas, tanto quanto a forma genérica de um verbete de enciclopédia, deveriam chamar a atenção para os processos políticos e convencionais da uniformização”.

Sob esse prisma, uma incursão historiográfica em busca da aparição inicial do conceito de gênero nos remete a Robert Stoller, considerado o primeiro a adotar o termo na literatura acadêmica (Saffioti, 1999). Esse psicanalista norte-americano, em 1968, através da obra *Sex And Gender* (Sexo e gênero) propõe o termo gênero para separar a identidade biológica da

identidade sexual. Nesse livro, Stoller discute a questão da intersexualidade e transexualidade e das intervenções cirúrgicas para modificar a anatomia genital. A partir disso, o autor distingue as questões anatômicas (sexo/biologia) das identidades sexuais (gênero/cultura). Para ele, gênero nem sempre coincidia com sexo, pois ser homem ou ser mulher estava além de sua constituição sexual biológica (PEDRO, 2005).

Apesar do trabalho de Stoller, é nos estudos da antropóloga norte-americana Gayle Rubin que o termo gênero começa a ser delineado numa perspectiva sócio-cultural, a partir de um artigo intitulado *The traffic in women: notes on the "political economy" of sex* (O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo), reconhecido hoje como um trabalho pioneiro e marcante no campo dos estudos de gênero. Nesse trabalho, em busca de fornecer amplitude para o conceito de gênero, a autora revisita e problematiza teorias influentes como a teoria de classes, de Karl Marx, a de produção e reprodução, de Engels, a do sistema de parentesco, de Lévi Strauss e a do complexo de Édipo, de Freud. A partir de uma "leitura idiossincrática e exegética" desse escopo teórico, Rubin defende que a subordinação feminina é socialmente construída, dentro de um código denominado "sexo-gênero", fundado em um sistema de parentesco e no qual "uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana" (RUBIN, 1993 [1975], p. 2). Com isso, ao adotar o conceito "sexo-gênero", a autora focaliza o fluxo entre natureza e cultura, nos interstícios da sexualidade, da reprodução e do sistema de parentesco.

Para Rubin, o sistema de parentesco, longe de ser apenas uma organização sanguínea, é definido na sociedade e na cultura e tem como princípio fundamental a "circulação" ou "tráfico de mulheres". Nas relações de parentesco, as mulheres são objetos de transação, não apenas como mulheres, mas como instrumentos de intercâmbio de "acesso sexual, estatutos genealógicos, ancestrais e nomes de linhagem, direitos e pessoas [...] em sistemas concretos de relações sociais" (RUBIN, 1993, p. 10). Isso quer dizer que o parentesco é fundante de um "sistema sexo-gênero", o qual estrutura uma divisão hierárquica das relações sociais, justamente por que gênero é concebido como "uma divisão dos sexos socialmente imposta" (p. 11).

Nas formulações de Rubin, no tocante à organização social do sexo, a cultura tem um papel preponderante, em detrimento da natureza. Para essa autora, as diferenças são construções culturais e não denotam distinções exclusivamente naturais, o que é expresso na seguinte afirmação:

Homens e mulheres são de certo diferentes. Mas eles não são tão diferentes quanto o dia e a noite, a terra e o céu, o yin e o yang, a vida e a morte. De fato, do ponto de vista da natureza, homens e mulheres são mais próximos entre si do qualquer um dos dois em relação a uma outra coisa – por exemplo, montanhas, cangurus ou

coqueiros. A idéia de que homens e mulheres são mais diferentes entre si do que cada um o é de qualquer outra coisa, deve vir de algum outro lugar que não a natureza. (RUBIN, 1993 [1975], p. 12)

Embora as formulações de Rubin tenham apresentado um deslocamento em relação às enunciações da época, elas não escaparam de uma visão dualista e universal entre sexo/gênero e natureza/cultura, o que foi alvo de críticas posteriores, especialmente de Joan Scott (1995). Nas acepções dessa historiadora e militante feminista, também norte-americana, gênero constitui um termo mais apropriado que “sexo-gênero” e, por sua abrangência, deve ser considerado um objeto de estudo necessário e uma categoria de análise histórica, de cunho relacional e político. Scott revisa a ideia binária do sistema sexo-gênero e defende uma visão mais ampla de gênero, que inclua não só a noção de parentesco, mas também a sua relação com as esferas discursivas, políticas, históricas e de poder.

Scott discute o caráter inteiramente social de distinções supostamente sexuais, de forma mais abrangente, em relação às propostas anteriores, pelo fato de propor uma análise mais aprofundada do funcionamento do gênero nas relações sociais humanas e, com isso, articular a noção de construção social com a noção de poder. Por isso mesmo, a autora assinala as implicações políticas de qualquer tentativa de apontar a reciprocidade entre gênero e poder:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. [...] Desta maneira a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; por em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92)

Num cenário em que gênero aparece vinculado às formas de manifestação do poder, Scott rompe com a crença na determinação biológica dos sexos e no caráter naturalizante e universal como justificativa para as desigualdades. A autora afirma que a noção de gênero, além de se referir tanto aos homens quanto às mulheres, “rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina” (SCOTT, 1995, p. 17). Nessa perspectiva, masculino e feminino não são identidades acabadas, definidas no nascimento, mas se constituem em processo constante e de acordo com o contexto social e cultural, os momentos históricos, as relações étnicas, raciais e religiosas.

Nessa perspectiva, a tese de Scott está instaurada na necessidade de articular gênero como uma ferramenta analítica e, ao mesmo tempo, política.

Para justificar esse posicionamento, a autora retoma os aspectos nucleares da noção de gênero: (1) elemento constitutivo das relações sociais; (2) forma primária de dar significado às relações de poder. A partir disso, ela destaca outros quatro elementos intrincados nessa noção (1) as representações simbólicas; (2) a conceitualização normativa; (3) a necessidade de inclusão em uma concepção política; (4) a configuração como uma identidade subjetiva.

Outro ponto de inovação nas teorizações de Scott reside no fato de sua tentativa de ampliar os “estudos de mulheres” para os “estudos de gênero”. Para a historiadora, a objetividade da ciência destoava do engajamento e da militância do movimento feminista, por isso era necessário adotar um termo que fornecesse maior legitimidade acadêmica e se distanciasse da posição parcial do termo “mulheres”. Nesse caso, Scott defende a neutralidade do termo gênero e propõe a sua utilização como forma de reivindicar credibilidade nos espaços científicos. Todavia, essa pretensa neutralidade, tanto da ciência quanto do gênero, é contestada por estudiosas/os, em trabalhos posteriores.

Nessa tentativa de reconceitualização de gênero, insere-se a produção de Judith Butler, filósofa pós-estruturalista estadunidense, que busca dissolver muitas das concepções expressas pelo feminismo, por meio da noção de *performatividade*, que concebe gênero como *efeito*, *produzido* ou *gerado*. Nesse caso, a ruptura proposta por essa teoria reside justamente no fato de deslocar a noção de construção social de sexualidade para a construção discursiva de gênero.

Nessa empreitada, Butler toma emprestada uma concepção reconhecida na Ciência da linguagem, a performatividade, e, com isso, aproxima seus estudos aos do filósofo da linguagem John Langshaw Austin (1980), fundador da teoria dos atos de fala, compreendidos como prática discursiva que realiza aquilo que ela nomeia. Isso porque “ao dizer” e “por dizer” a ação se realiza, já que o ato de fala não é meramente descritivo, mas possui força e produz efeito, podendo, ainda, ser classificado como feliz (bem sucedido) ou infeliz (sujeito a críticas negativas).

Para Austin, uma expressão performativa desempenha uma ação, através e no momento de sua enunciação, desde que satisfaça algumas condições necessárias, as quais “incluem o proferimento de certas palavras, por certas pessoas em certas circunstâncias”¹, (AUSTIN, 1980, p. 14). Com isso, percebe-se que a proposta austiniana de enunciado performativo levanta questões externas à linguagem, já que as condições de produção, bem como o sujeito, passam a ter valor constitutivo e determinante na construção da significação dos enunciados.

Inferese, então, que a noção de *performatividade* abre espaço para repensar a linguagem e as identidades, uma vez que essas são corporificadas e

¹ Tradução da autora.

performadas, em vez de *pré-formadas* (PENNYCOOK, 2006). Butler postula que as identidades de gênero constituem efeitos de nossas realizações e não representam uma essencialidade, nem são determinadas internamente. A autora desestabiliza a noção de identidade como pré-existente (pré-discursiva), imutável, defendendo que ela se constitui através da imitação e repetição:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser (BUTLER, 2003, p. 59).

Em entrevista a Prins e Meijer (2002), a autora defende que corpo e linguagem se fundem, uma vez que “discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue” (p. 163). Ela insiste ainda que, como a *performatividade* constitui uma prática reiterativa e citacional, a capacidade *performativa* do corpo está na possibilidade plena de agir por meio da sua própria materialização.

Nesse contexto, Butler (2003) descarta a noção singular de identidade, reagindo, inclusive, ao que se apregoa como *política de identidades* do feminismo, baseada no “reconhecimento de indivíduos pertencentes a um grupo (tipicamente oprimido)” (LIVIA e HALL, 2010[1997], p. 144). Com isso, a autora argumenta que não se pode pensar em mulheres, ainda que no plural, como uma categoria representativa de uma identidade comum e estável. Para Butler (2003, p. 20), “se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”, o que confirma a necessidade de se conceber a construção múltipla e variável da identidade, descartando as convenções ontológicas e as oposições binárias, que, por serem legitimadas pelo poder, produzem as hierarquias e as opressões.

Foi pelo caminho das críticas à unidade do sujeito, aos binarismos e ao essencialismo que Butler (2003) desestabilizou as concepções anteriores e instaurou uma concepção de gênero que o prevê como um fenômeno inconstante e contextual, que não contempla a noção de um ser substantivo, “mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (p. 29). Essa percepção confirma o caráter instável do sistema de gênero, assumindo que ele pode ser diversamente (re)configurado, uma vez que “as pessoas desempenham gênero de modos diferentes em contextos diferentes e, algumas vezes, comportam-se de uma maneira que poderia se associada ao “outro” gênero” (CAMERON, 2010 [1998]).

É nessa perspectiva que Butler ganha visibilidade como intelectual representativa da teoria *queer*, que, em linhas gerais², tem o objetivo funda-

² Dadas a extensão e a complexidade da teoria *queer*, aqui ela será brevemente citada, uma vez

mental de separar sexualidade de gênero. Essa teoria, cujas principais premissas possuem raízes linguísticas, propõe uma visão crítica sobre a normalização da sexualidade, que legitima alguns grupos e marginaliza outros. Como gênero é constituído na *performatividade*, os discursos e as performances de gênero e sexualidade são produzidos, regulados e reiterados por normas que estabelecem como homens e mulheres devem agir – o que Butler identifica como heteronormatividade. Como as elocuições performativas não são descritivas, antes, elas prescrevem e agem, as nomeações generificadas, como as clássicas *É uma menina* ou *É um menino*, instauram um binarismo redutor e uma *heterossexualidade compulsória*, termo cunhado por Butler (2003):

[...] a “unidade do gênero” é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. (BUTLER, 2003, p. 57)

É justamente essa normatização dos discursos, dos sujeitos e da sexualidade que a teoria *queer* pretende desestabilizar e, com isso, fornecer novos subsídios para a compreensão da constituição de gênero. Com essa intenção, importa discutir que, no contexto das relações de poder, os indivíduos não só classificam as práticas discursivas e identitárias, como também as hierarquizam, atribuem-lhes escalas de valor e as classificam em posições legítimas ou subalternas. Nesse processo, o que excede as prescrições é inserido em sistemas de desigualdade, exclusão e discriminação.

Nessa concepção crítica, a noção de gênero, originada no bojo das formulações feministas, toma forma de categoria e força seu alinhamento à produção científica e do conhecimento, como meio de subverter concepções arraigadas de imparcialidade, legitimidade e hegemonia. Essa ideia desdobra-se em vários espaços de produção intelectual pós-estruturalista e, no Brasil, ela encontra eco na defesa de Louro (2010):

O que acontece não se trata, no entanto, de apenas mais um “acréscimo”, seja das mulheres seja de temas e áreas. A subversão que essas incorporações e, principalmente, que os questionamentos feministas vão trazer para o pensamento terá como resultado uma transformação epistemológica, uma transformação no modo de construção, na agência e nos domínios do conhecimento. (LOURO, 2010, p. 148)

que qualquer tentativa de esmiuçá-la correria o risco de transformá-la no escopo central do trabalho.

A noção de categoria, numa concepção filosófica, exprime as diversas relações que podemos estabelecer entre ideias ou fatos e representa um conceito com elevado grau de abrangência e precisão, o qual determina, em perspectivas e planos diversos, domínios de conhecimento e ação. Nesse caso, a percepção de gênero como categoria permite concebê-lo com um instrumento analítico, capaz de fornecer um sentido mais amplo à organização e à disposição do conhecimento histórico e científico. Assim, gênero, na acepção inicialmente defendida por Scott (1995), emerge como uma categoria acadêmica de um novo campo legítimo de conhecimento.

E gênero compreendido como categoria, que se relaciona a outros marcadores identitários como classe, raça, sexo, etnia, pode também desestabilizar preconceitos e fornecer a possibilidade de uma sociedade mais igualitária, em que seja possível o trato democrático das diferenças. Sob esse ponto de vista, Azeredo (1994) assim se manifesta:

Minha intenção ao tentar estabelecer uma conversa entre diversas formas de fazer teoria é explicitar minha aposta na ideia de que complexificar a categoria gênero – historicizá-la e politizá-la – prestando atenção em nossa análise a outras relações de opressão, pode nos abrir caminhos sequer imaginados ainda de uma sociedade mais igualitária. Para tanto, é preciso considerar gênero tanto como uma categoria de análise quanto como uma das formas que relações de opressão assumem numa sociedade capitalista, racista e colonialista. (AZEREDO, 1994, p. 206)

Enfim, esse percurso conciso em busca do resgate historiográfico do conceito e da categoria gênero permite perceber não só a extensão do caminho como as dificuldades da trilha. Longe de ser homogêneo, a noção de gênero está alicerçada na instabilidade e sujeita a constantes (re)configurações e (re)leituras.

À guisa de uma conclusão

Em virtude do interesse pelas questões identitárias nos espaços acadêmico e social, sobretudo das identidades de gênero, este trabalho teve a intenção de delinear uma trajetória historiográfica da noção de gênero, adotada como conceito e categoria, em busca de consonâncias e dissonâncias discursivas acerca do tema. Nessa tarefa, inegavelmente preliminar, demonstrou-se que o conceito é instaurado no interior das formulações feministas e desdobra-se em uma vasta produção intelectual e científica, a qual é constantemente atualizada.

Pôde-se perceber que o movimento feminista, em suas diversas intervenções sociais, forneceu sustentação a vários estudos acadêmicos, interessados em compreender as relações entre os gêneros. Do imperativo de

garantir maior visibilidade e autonomia às mulheres, uma proposição do feminismo, emergiu a necessidade de se compreender as relações socialmente determinadas entre homens e mulheres, bem como a possibilidade de um aprimoramento metodológico que permitisse reconstruir os mecanismos dessas relações. É nesse processo que o termo “mulheres”, emblema do ativismo, abre espaço para gênero no campo acadêmico. Há quem defenda que essa mudança de “estudos de mulheres” para “estudos de gênero” constitua apenas uma questão metalinguística, porém o percurso historiográfico que traçamos permitiu perceber que as concepções, assim como as terminologias, são cambiantes e, muitas vezes, divergentes.

As conceitualizações apresentadas, ainda que tenham priorizado um arcabouço teórico de origem norte-americana, deixam entrever que o debate é amplo e apresenta desdobramentos em vários territórios, especialmente no Brasil. Embora a parte mais extensa dos estudos de gênero seja oriunda dos Estados Unidos, no Brasil as discussões, os eventos, grupos de trabalho, artigos científicos, sob o escopo da temática de gênero, reproduzem-se em ritmo frenético e se enunciam em múltiplos contextos, ganhando novos contornos e demandas.

Apesar da extensão e variedade de trabalhos, eles ainda estão circunscritos a grupos restritos, engajados na produção intelectual feminista. Esse engajamento encontra resistências na comunidade acadêmica, a qual impõe limites para institucionalizar, inclusive nos currículos universitários, os estudos e metodologias feministas. Com isso, muitas das contribuições desse campo têm sido ocultadas e desvalorizadas nas intrincadas relações de poder institucionais. Nesse caso, as abordagens feministas de gênero ainda reivindicam a articulação entre pesquisa e política, academia e militância.

Por outro lado, os Estudos de Gênero são constantemente (re)configurados pelos Estudos Feministas, pelos Estudos Negros, Estudos Culturais, Estudos Gays e Lésbicos. Essas interseções apontam para a necessidade de se desfazer de concepções acrílicas em relação ao gênero, ao corpo e à sexualidade, que os concebem como unidades a-históricas e essencialistas, assumindo, por outro lado, que as feminilidades e masculinidades são diversas e construídas na historicidade de suas inter-relações.

Sob esse prisma, as formulações sobre gênero, advindas de diferentes contextos sócio-históricos, têm em comum o anseio pela desestabilização das práticas sociais de gênero, que o aprisionam numa esfera dualista e hierárquica. Esses estudos, ainda que baseados em pressuposições teóricas diversas, negam a crença na determinação biológica dos sexos e argumentam que as relações de gênero são constituídas na História, na cultura, nos discursos e estão intimamente associadas às relações sociais e de poder.

Não se pode negar ainda que essa tentativa de mapear o conceito de gênero não é inédita, ao contrário, a produção historiográfica sobre o

tema, embora recente, é volumosa e em contínuo desenvolvimento. Todavia, essa amplitude não esgota as possibilidades enunciativas sobre gênero, antes, desperta controvérsias, pontos de permanência e recusa e amplia o interesse pela investigação. Para a Historiografia, o tema é um campo aberto a incursões, em busca de fontes, definições, métodos e explicações, que possam dar conta da diversidade, metalinguística e conceitual, que envolve gênero. E para a ciência, a questão, elaborada na perspectiva feminista, apresenta-se como um desafio, um assunto a ser incorporado ao conhecimento acadêmico, a ser visto com o estatuto filosófico-epistemológico que lhe é reivindicado.

Enfim, a temática é ampla e seria impossível abarcá-la em sua completude, mas vale ressaltar que as abordagens teóricas de gênero, essencialistas ou radicais, engajadas ou “imparciais”, coexistem, intersectam-se ou se anulam. Tudo isso demonstra que a noção de gênero reclama a sua heterogeneidade constitutiva, assentada num processo constante de continuidades e rupturas.

Referências

AUSTIN, John. L. **How to do things with words**. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1980.

AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. **Estudos Feministas**. Número Especial. Florianópolis: UFSC, 1994.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 1. Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 2. A Experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BUTLER, Judith. Variações sobre Sexo e Gênero – Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (Orgs.). **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro, Ed. Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMERON, Deborah. Desempenhando identidade de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (Orgs.). **Linguagem, gênero, sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010 [1998].

CHAPERON, Sylvie. Auê sobre o segundo sexo. **Cadernos Pagu** (12). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999, pp. 37-53.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu** (22). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 2004, pp. 201-246.

LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIVIA, Ana; HALL, Kira. “É uma menina!”: a volta da performatividade à lingüística. In: OSTERMANN, Ana Cristina; FONTANA, Beatriz (Orgs.). **Linguagem, gênero, sexualidade**. Clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola, 2010 [1997].

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 11ªed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MATOS, Maria, I. História das mulheres e gênero: usos e perspectivas. In: PISCITELLI, Adriana et al (Orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia. H. **Metodologias feministas e estudos de gênero**: articulando pesquisa, clínica e política.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, nº 1, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2011.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. da (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas** (10). Florianópolis: UFSC, 2002, pp. 155-167.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993 [1975].

SAFFIOTI, Helcieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos**

Pagu (12). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, 1999, pp.157-163.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas** (16). Florianópolis: UFSC, 2008, pp.173-186.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Vol. 20 N°2, pp.71-90, 1995.

Artigo recebido em 31/05/2011 e aceito para publicação em 05/06/2011